

GONÇALVES DE MAGALHÃES E VARNHAGEN: O DEBATE SOBRE A NACIONALIZAÇÃO LITERÁRIA E A QUESTÃO INDÍGENA

Carlos Eduardo de Almeida
Pós-doutor em Literatura Brasileira (UERJ)
cadu_almeida@ig.com.br

Resumo: No Brasil do século XIX, a problemática indígena forneceu abundante material de reflexão para a questão crucial de pensar as múltiplas relações entre nação, civilização e autonomia literária. Em outros termos, possibilitou que o conceito de civilização ganhasse especial relevo na formulação de um amplo projeto nacional que contou com a colaboração de intelectuais de diversas áreas do conhecimento. Daí a seguinte pergunta: o indígena pode ou não ser considerado o representante da nação em processo de construção? O presente trabalho tem como proposta principal examinar o modo como tal questão foi debatida entre o poeta Gonçalves de Magalhães e o historiador Francisco Adolfo de Varnhagen.

Palavras-chave: indígena, nação, literatura, história.

Originalmente publicado no primeiro número da revista *Niterói*, lançada em Paris, no ano de 1836, com a finalidade de divulgar o romantismo nos trópicos, o “Ensaio sobre a história da literatura no Brasil”, de Domingos José Gonçalves de Magalhães, deve ser incluído na lista dos nossos típicos manifestos românticos, empenhados tanto em examinar o passado literário do país conforme premissas nacionalistas — salientando a crescente identificação de nossa produção com a especificidade da história e da natureza brasileiras —, quanto em projetar um futuro em que os derradeiros vestígios de submissão colonial à cultura europeia sejam definitivamente eliminados. Em 1865, o escritor reeditou o estudo, incluindo-o nos *Opúsculos Históricas e*

Literários com um novo título: “Discurso sobre a história da literatura no Brasil”. Trata-se de um trabalho impregnado de sentimento patriótico e que teve como principal proposta abordar a questão da autonomia literária. Assim, participando de uma tendência antilusitana, muito comum aos escritores brasileiros do período pós-independência, Gonçalves de Magalhães aponta os caminhos da nacionalização da literatura: valorização da natureza, abandono da mitologia greco-latina, tematização do índio e de suas tradições. Ele inicia o estudo definindo a literatura de um povo como o “desenvolvimento do que ele tem de mais sublime nas ideias, de mais filosófico no pensamento, de mais heroico na moral e de mais belo na natureza (...)” (MAGALHÃES, 1994 [1836], p. 241). Logo em seguida, adverte que “cada povo tem a sua Literatura, como cada homem o seu caráter, cada árvore o seu fruto (...)” (IDEM, p. 242).

Como se vê, Magalhães defende a tese da influência do meio sobre a criação artística. Por isso, em lugar da imitação da mitologia greco-latina e dos tropos pastoris, ele propõe a busca de uma autonomia estimulada pela exploração e valorização da cor local. Além disso, reconhece os talentos poéticos e musicais dos nossos indígenas: “(...) algumas tribos indígenas se avantajavam pelo talento da música e da poesia, entre todas os Tamoios, que no Rio de Janeiro habitavam, eram os mais talentosos (...)” (IDEM, p. 266).

Tendo em vista tais ideias, fica patente que o valor do “Ensaio sobre a história da literatura no Brasil” reside na amplitude das questões que nele são abordadas: a origem da literatura brasileira, o seu caráter, as suas fases, os escritores que a cultivaram, bem como as épocas que beneficiaram ou desfavoreceram o seu desenvolvimento.

Combinando nacionalismo e ufanismo, em diferentes trabalhos o poeta Gonçalves de Magalhães deixou claro que o seu projeto de nacionalização literária gravitava

principalmente em torno da exaltação do indígena e da natureza tropical.

Na verdade, segundo o autor de *Suspiros poéticos e saudades*, a influência da nossa natureza exuberante e original era indispensável não apenas para o desenvolvimento da poesia entre os povos indígenas, mas também para a posterior definição da literatura brasileira a partir de suas diferenças em relação às produções literárias oriundas da ex-metrópole lusitana.

Assim, no “Ensaio sobre a História da Literatura no Brasil”, inicialmente Magalhães fez uma avaliação extremamente negativa do legado colonial:

Não se pode lisonjear muito o Brasil de dever a Portugal sua primeira educação; tão mesquinha foi ela que bem parece ter sido dada por mãos avaras e pobres; contudo boa ou má dela herdou, e o confessamos, a literatura e a poesia, que chegadas a este terreno americano não perderam o seu caráter europeu. Com a poesia vieram todos os deuses do paganismo, espalharam-se pelo Brasil, e dos céus, e das florestas, e dos rios se apoderaram (*ibidem*, p. 36).

Logo a seguir, no campo mais propriamente literário, o futuro visconde de Araguaia destacou que a poesia brasileira, não sendo nem mesmo “uma indígena civilizada; é uma grega vestida à francesa e à portuguesa, e climatizada no Brasil (...)” (*idem*). Desse modo, segundo Magalhães,

(...) tão grande foi a influência que sobre o gênio brasileiro exerceu a grega mitologia, transplantada pelos portugueses, que muitas vezes poetas brasileiros em pastores se metamorfoseiam e vão apascentar seu rebanho nas margens do Tejo, e cantar à sombra das faias (*ibidem*, p. 37).

Como se vê, Gonçalves de Magalhães considera a mitologia greco-latina uma influência prejudicial, pois não se harmoniza com o meio físico brasileiro, devendo ser, por essa razão, imediatamente substituída pela valorização da cor local. Com efeito, de

acordo com o parecer do poeta, somente a contemplação da grandiosidade da natureza tropical poderia atenuar a pobreza literária preponderante no Brasil do século XIX. Se porventura isso não viesse a ocorrer, a importação da mitologia greco-latina continuaria prejudicando o progresso da civilização, e, conseqüentemente, impedindo o pleno florescimento dos gênios nacionais. Magalhães reconhece, no entanto, que com o passar do tempo tal situação de submissão aos modelos clássicos provavelmente seria modificada, até porque “marchar para uma nação é engrandecer-se, é desenvolver todos os elementos da civilização (...)” (*ibidem*, p. 34).

Diante do sumário feito do “Ensaio sobre a História da Literatura do Brasil”, torna-se evidente o motivo pelo qual esse texto passou a ser considerado um dos principais manifestos do nosso Romantismo. Nele, revelando-se preocupado com a autonomia cultural do país, o poeta argumentou que, ao contrário dos indígenas, os cultores do neoclassicismo, influenciados pelos modelos da Antiguidade, eram incapazes de captar os sentimentos que brotavam de um meio como o brasileiro, representado por uma natureza exuberante, potencialmente capaz de inspirar os poetas. Em termos mais amplos, é possível notar que, no referido ensaio, o indígena é considerado como o elemento característico da poesia brasileira, ou seja, uma peça fundamental no processo de nacionalização literária, na medida em que seus cantos poderiam influenciar, de alguma maneira, os escritores brasileiros.

Entretanto, não obstante o teor de manifesto que inegavelmente impregna o “Ensaio sobre a História da Literatura do Brasil”, não foi nele que o entusiasmo de Gonçalves de Magalhães em relação aos primeiros habitantes do país se mostrou em cores mais fortes e nítidas.

Assim, no que tange ao indianismo de Gonçalves de Magalhães, e, mais

especificamente, ao seu programa nacionalista, merece especial atenção uma longa memória escrita em 1859, oferecida ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), tendo por título “Os Índigenas do Brasil perante a História”. Nesse estudo, o poeta voltou a acentuar a beleza superlativa da natureza tropical, novamente ressaltando que ela deve ter inspirado a primitiva literatura indígena. Além disso, também reservou espaço para defender a reputação histórica dos nossos nativos. Com esse propósito, Magalhães se manifestou categoricamente contra a parcialidade dos cronistas europeus, e, sobretudo, contra as acusações preconceituosas do historiador Francisco Adolfo de Varnhagen, que, na sua *História Geral do Brasil*, teceu críticas severas aos hábitos dos silvícolas brasileiros, chamando-os, inclusive, de falsos e infiéis, inconstantes e ingratos, desconfiados e “vindiços alienígenas” (VARNHAGEN, 1975, p. 52).

De início, Gonçalves de Magalhães questionou o modo pelo qual os cronistas do Velho Mundo descreveram os hábitos e costumes dos primeiros habitantes da América. Segundo o poeta,

As notícias que sobre os índigenas da América, e com especialidade os do Brasil, nos deixaram os primeiros europeus que deles escreveram, são tão contraditórias, que não as podemos aceitar todas sem exame. De ordinário esses narradores de coisas novas, que se não recomendam pela sua ciência e desinteresse, tendem mais a notar o ridículo e extravagante que exageram, do que o bom e razoável que calam. O amor ao extraordinário os leva a hipérboles e fábulas; acham homens monstros, sem lei nem grei, como acham gigantes e amazonas (MAGALHÃES, 1860 [1859], p. 5).

Como é possível notar, a principal finalidade de Gonçalves de Magalhães era reabilitar os índigenas “aos olhos da filosofia e da história” (*ibidem*, p. 7). Para tanto, em primeiro lugar, o poeta denunciou a postura anacrônica e superficial dos primeiros cronistas europeus:

Se não assentassem os nossos cronistas que tudo era ignorância e abusões nos selvagens, teriam recolhido muitas observações curiosas, em vez das superficialidades que notaram. Mas talvez que para mais chegasse a sua perspicácia (*ibidem*, p. 41).

Além disso, fez questão de manifestar o seu repúdio à caracterização negativa do índio feita por Francisco Adolfo de Varnhagen na sua *História Geral do Brasil*. Como se sabe, assim como Gonçalves de Magalhães, na referida obra, o futuro visconde de Porto Seguro também teve por intuito pintar um retrato da situação dos indígenas brasileiros antes da chegada de Cabral ao Brasil. Segundo afirmação do próprio Varnhagen, em quase nada a sua descrição dos povos indígenas pode ser considerada lisonjeira:

A pintura que fizemos dessas gentes (...) bem pouco lisonjeira é na verdade. À vista do esboço que traçamos, sem nada carregar nas cores, não sabemos como haja ainda poetas, e até filósofos, que vejam no estado selvagem a maior felicidade do homem; quando nesse estado, sem o auxílio mútuo da sociedade, e sem a terra se cultivar suficientemente, há sempre, numa ou outra época, privações e fome; e esta última aos mais civilizados converte em canibais, como nos provam as histórias de tantos sítios e naufrágios (...) (VARNHAGEN, 1975, p. 52).

Varnhagen é bastante explícito no seu debate historiográfico com Gonçalves de Magalhães acerca da problemática indígena. Segundo o historiador, os primeiros habitantes do Brasil seriam brutos, ferozes, indolentes, cruéis e antropófagos, isto é, viviam em perpétuo estado de guerra, cujas consequências na maioria das vezes eram desastrosas. Nesse sentido, Varnhagen chamou a atenção para o fato de que todos os índios de uma mesma tribo se reuniam para castigar o agressor: “Aos cativos de guerra sacrificavam solenemente no meio de um território, e todos deviam provar sua carne, para desta forma vingarem os amigos e os antepassados, mortos ou ofendidos pelo

prisioneiro (...)” (*ibidem*, p. 43).

Isso nos leva a concluir que, na opinião de Varnhagen, o espírito de vingança fazia parte da visão de mundo indígena. Assim, os primeiros habitantes do Brasil viviam num estado de total selvageria, pois “a maior glória para o guerreiro era assenhorear-se de um dos inimigos, trazê-lo consigo prisioneiro, e ufanar-se com as honras do seu sacrifício, ao qual assistiam todos” (*ibidem*, p. 36-37). Contra essa caracterização depreciativa dos povos indígenas, manifesta-se Gonçalves de Magalhães. Confiante na ideia de que as populações indígenas da América apresentavam tendência à civilização, o poeta argumenta que a *História geral do Brasil* “reúne e abona todas quantas acusações andam espalhadas por páginas diversas contra os nossos selvagens, concedendo-lhes apenas insignificantes virtudes, como penhores de imparcialidade” (MAGALHÃES, 1860 [1859], p. 7).

De maneira mais ampla, Magalhães lamenta que a referida obra aos nativos tudo negue, até mesmo “o título de indígenas” (*ibidem*, p. 9). O poeta também não deixa de notar que isto se deve ao anacronismo e ao etnocentrismo de Varnhagen, que, revelando-se extremamente preconceituoso, julgou a cultura dos povos indígenas por critérios racistas importados da Europa:

O Sr. Varnhagen, incansável pesquisador de antigos documentos, e que quase sempre viveu longe da pátria em serviço dela, transportando-se com a imaginação aos tempos coloniais, constituiu-se o mais completo historiador da conquista do Brasil pelos portugueses, e o panegirista da civilização, mesmo a ferro e fogo, pelo cativo dos povos brasileiros, com quem não simpatiza, talvez por não conhecê-los; e a quem às vezes tudo nega, até o título de indígenas, chamando-lhes *vindições alienígenas* como para não dever-lhes caridade alguma (*idem*).

Tendo em vista a clareza da passagem acima, é possível chegar à seguinte conclusão: no que se refere ao tratamento da questão indígena, havia uma nítida linha

divisória entre Domingos Gonçalves de Magalhães e Francisco Adolfo de Varnhagen. Na verdade, o poeta permanecia empenhado no seu propósito de recuperar o indígena e a sua cultura como base viável de um projeto nacional brasileiro. Em contrapartida, Varnhagen rejeita esta ideia, pois está convencido de que a cultura indígena não pode fornecer elementos significativos para a construção de uma cultura nacional. Por isso, na sua *História Geral do Brasil*, o historiador desqualificou o índio como um possível portador das características fundamentais da nacionalidade brasileira. Assim, segundo Varnhagen, os nativos poderiam perfeitamente ser classificados como “vindiços alienígenas”, uma vez que

(...) não constituíam uma nação, nem mesmo pequenas nações, na acepção em que mais geralmente, em direito universal, se toma hoje esta palavra. Formavam antes muitas cabildas, pela maior parte, procedentes dos últimos invasores do território (VARNHAGEN, 1975, p. 52).

Vê-se por essa passagem que, opondo-se à concepção do bom selvagem de Jean-Jacques Rousseau, Varnhagen não admite o estado social dos indígenas. Em outros termos, pode-se afirmar que, à luz do pensamento de Thomas Hobbes, o historiador argumenta que as populações indígenas ainda permanecem em estado de natureza, pois nelas o homem é o lobo do homem. Como se pode inferir, de acordo com o raciocínio de Varnhagen, “sem os vínculos das leis e da religião, o triste mortal propende tanto à ferocidade que quase se metamorfoseia em fera (...)” (*idem*).

Portanto, segundo Varnhagen, no estado selvagem, de maneira nenhuma um ser humano poderia ter noções de justiça e de ordem social. Assim, despojados de sentimentos elevados, guiados apenas pelo espírito de belicosidade, a única crença dos nossos indígenas era a vingança contra os seus inimigos. Por isso, causava estranheza ao historiador que houvesse ainda poetas, e até filósofos, que vissem no estado selvagem a

maior felicidade do homem. Gonçalves de Magalhães, por sua vez, acreditava piamente que os nossos índios “tinham crenças, religião e culto” (MAGALHÃES, 1860 [1859], p. 18), pois não lhes faltava “a ideia de um Ente Supremo, criador do universo, e de uma alma que ao corpo sobrevive (...)” (*ibidem*, p. 17). Daí chegar à seguinte conclusão: assim como qualquer ser humano, os indígenas tinham noção de justiça, como também crença no sobrenatural. Seguindo a linha de raciocínio de Magalhães, assim como todos os outros homens, os primeiros habitantes da América não desconheciam a ideia de Deus e de justiça, pois possuíam razão e moral. Além do mais, possuíam leis naturais e espontâneas, distintas das dos homens brancos. Leis que, segundo o autor de *Suspiros poéticos e saudades*, eram, sem dúvida nenhuma, prova de dignidade: as regras matrimoniais, o respeito às virgens até a idade da puberdade, as cerimônias fúnebres, a proteção à família e aos órfãos, a amabilidade para com as mulheres, filhos, amigos e animais domésticos, e, sobretudo, o elevado instinto de associação, no qual, sem dúvida, reside o germe de toda justiça e civilização. Nestes termos, não chega a ser surpreendente o conteúdo da décima seção de “Os Indígenas do Brasil perante a História”. Não por acaso, ela foi principalmente destinada a louvar os conhecimentos técnicos e científicos dos nossos nativos, os quais “denotam contínua observação da natureza” (*ibidem*, p. 40). Assim, revelando-se totalmente convencido de que o homem indígena não vivia num estado de pura selvageria, Gonçalves de Magalhães também reservou espaço para abordar a questão da linguagem. Sem grandes rodeios, o poeta afirmou que a língua indígena “é tão suave, elegante e copiosa, que segundo a opinião dos que a cultivaram e gramaticaram, não lhe levam vantagem a Grega e a Latina” (*ibidem*, p. 45). Diante de tal constatação, só restava a Magalhães elogiar a cultura indígena, reconhecendo nela até mesmo predicados que faltavam à cultura europeia:

Toda a diferença desses homens da natureza a nós filhos da civilização, é a do menos ao mais para alguns. Não havendo entre eles diferenças e graduações de classes e de fortunas, passava a ciência oral a todos, segundo as suas naturais aptidões. Todos tinham igual parte no trabalho e no descanso. Entre nós, pela desigualdade das classes, e das posses, estão as ciências, as artes, a indústria, o mando e a ociosidade repartidas pelos mais afortunados; e a massa bruta, sem saber ler, condenada pela ordem social ao trabalho e à miséria que a materializa, acha-se em pior condição que o selvagem, tanto pelo espírito como pelo corpo, e por mais ignorante que este seja nunca é tão estúpido e brutal como a maior parte dos camponeses da Europa (*ibidem*, p. 46).

Como é possível notar, de acordo com a avaliação de Gonçalves de Magalhães, as populações indígenas não viviam em permanente estado de guerra. Pelo contrário, os importantes serviços prestados pelos índios ao Brasil eram prova suficiente de que eles apresentavam tendência à civilização. Basta lembrar que: “Se o Brasil é hoje uma nação independente; se uma só língua se fala em seu vasto território, em grande parte o devemos ao valor dos nossos indígenas, que aos portugueses se ligaram” (*ibidem*, p. 49). Valendo-se desses argumentos, mais uma vez Gonçalves de Magalhães critica agudamente Varnhagen por ele aconselhar a escravização dos indígenas mediante o emprego da força, como também por minimizar o papel da catequese no Novo Mundo:

Para justificar o emprego da força em favor da cobiça, esse seu grande meio civilizador, alega tão grave escritor a opinião de prelados e governadores, sem discriminar só meios coercivos que podem acompanhar a catequese, do bárbaro meio da força bruta, empregada pela cobiça que não sofre demoras. Mas quando todos os governadores do mundo assentassem ser justa a razão das espingardas em favor da ambição e da cobiça, nem por isso se daria por convencida essa razão divina que nos aclara, e que não cedeu à luz das fogueiras da chamada santa inquisição (*ibidem*, p. 48).

Na verdade, razões para refutar as ideias do futuro visconde de Porto Seguro não faltavam a Gonçalves de Magalhães. Em carta ao imperador, com data de 24 de setembro de 1856, Francisco Adolfo de Varnhagen havia notado uma série de falhas no épico *A Confederação dos Tamoios*:

Infelizmente está o poema mui longe de poder, no mais mínimo, aspirar às honras da epopeia nacional do século de D. Pedro II. Nem o assunto da tal Confederação bestial é verdadeiramente épico (...) (VARNHAGEN, 1961 [1856], p. 237).

Um exame minucioso desta carta de Varnhagen nos revela a preocupação do historiador com a ideologia que permeia os versos indianistas de Gonçalves de Magalhães, escritor considerado por seus contemporâneos como o “chefe da escola romântica”. Aos olhos de Varnhagen, *A Confederação dos Tamoios* estava longe de representar um verdadeiro épico e, portanto, muito distante de construir uma imagem satisfatória do herói nacional. Interessante é notar ainda que, além de estética e ideológica, a crítica do historiador contém também uma preocupação em relação ao modo como o poeta trabalhava a linguagem. Com efeito, de acordo com o parecer de Varnhagen, Magalhães não conhecia, suficientemente, as técnicas de expressão poética que poderiam servir de base para a construção de uma verdadeira poesia nacional.

Conforme verificaremos a seguir, as críticas de Varnhagen ao poema indianista de Gonçalves de Magalhães tinham, de fato, algum fundamento.

A Confederação dos Tamoios foi composta em dez cantos, com estrofes livres e versos decassílabos brancos. O assunto do poema era a luta dos índios Tamoios, que aparecem aliados aos franceses, contra os portugueses do Rio de Janeiro e São Vicente, no ano de 1555, momento em que ocorre a invasão francesa no litoral brasileiro.

Ora, Varnhagen não aceita a precariedade formal dos versos de Gonçalves de Magalhães e nem as características ideológicas d'A *Confederação dos Tamoios*. No poema, Magalhães constrói o retrato de um indígena receptivo aos franceses, mas em confronto com os portugueses. É evidente que, segundo Varnhagen, um poema que ambicionava tornar-se a epopeia nacional do século de D. Pedro II não poderia apresentar a população aborígine, nem mesmo em nome da emancipação política brasileira, em confronto direto com a cultura europeia, sobretudo a portuguesa, visto que os portugueses eram, conforme o pensamento dominante nos círculos oficiais, os maiores representantes da civilização europeia nos trópicos.

Além disso, para Varnhagen, o assunto do poema não é verdadeiramente épico, pois apresenta o homem nativo reduzido a auxiliar dos franceses e, portanto, despido daquela característica típica do herói: a valentia que logo se transforma em onipotência.

Na verdade, o símbolo nacional que nesse poema é construído mostra-se, no entender de Varnhagen, muito contraditório, porque, ao mesmo tempo em que se deixa auxiliar pelo europeu, também contra ele se rebela.

A propósito, é interessante ressaltar a forma pela qual Francisco Adolfo de Varnhagen definia o sentido do seu trabalho de historiador. Em carta dirigida ao imperador, com data de 14 de julho de 1857, ele explicita que o ideal de construção da nação brasileira não se assentava sobre uma oposição à antiga metrópole portuguesa.

Em geral busquei inspirações de patriotismo sem ser no ódio a portugueses, ou à estrangeira Europa, que nos beneficia com ilustração; tratei de pôr um dique a tanta declamação e servilismo à democracia, e procurei ir disciplinando produtivamente certas ideias soltas de nacionalidade (...) (VARNHAGEN, 1961 [1857], p. 247).

A crítica de Varnhagen ao poema de Magalhães revela, portanto, uma tentativa da historiografia de sintonizar o seu projeto nacional com a produção poética. A poesia não

poderia comprometer o projeto nacional articulado no interior do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), cuja finalidade principal era a construção da identidade brasileira por meio de pressupostos que abrissem caminho para uma futura consolidação do mito da democracia racial.

Pode-se afirmar, então, que o teor da carta de Varnhagen ao imperador, datada de 24 de setembro de 1856 (VARNHAGEN, 1961 [1856], p. 235-238), onde o historiador revela grande preocupação com os rumos tomados pelo indianismo de Gonçalves de Magalhães, revela que a dimensão do poder de atuação do IHGB no século XIX era enorme.

A propósito, é importante deixar bem claro que, embora na “sociedade de corte” brasileira as desavenças pessoais entre intelectuais fossem bastante comuns, quando o historiador Francisco Adolfo de Varnhagen fazia críticas aos poetas, ainda que também defendesse interesses particulares, ele se mostrava defensor principalmente dos interesses do IHGB, pois se colocava sempre como o porta-voz da instituição à qual pertencia. A maior prova disso é que ele não mediu esforços para dar um cunho oficial ao seu trabalho, tendo várias vezes tentado vinculá-lo ao IHGB. Na primeira edição em brochura do seu *História Geral do Brasil*, publicado em 1855, Varnhagen se autodenominou um sócio do IHGB e em carta ao conselheiro José Maria Velho da Silva, foi categórico ao dizer: “(...) a minha obra sai, por assim dizer, do Instituto Histórico (...)” (VARNHAGEN, 1961 [1853], p. 207).

Assim, o que se nota de mais relevante na referida carta de Varnhagen ao imperador, com data de 24 de setembro de 1856, a respeito do indianismo de Gonçalves de Magalhães, é a existência de um acirrado debate sobre a questão indígena que colocou, de um lado, a historiográfica, e, de outro, a poesia. Tais modalidades de

discurso se posicionaram a respeito da possibilidade de se aproveitar as características raciais do indígena para a construção do esboço da fisionomia da nação brasileira. Nesse sentido, convém destacar que, não obstante o antilusitanismo de seu autor, curiosamente o poema *A Confederação dos Tamoios* não deixou de elogiar a ação missionária dos jesuítas. Contrastando com tal perspectiva, a *História Geral do Brasil*, assinada por Francisco Adolfo de Varnhagen, condenou abertamente alguns dos métodos civilizadores empregados pelas ordens eclesiásticas que se estabeleceram no Novo Mundo. Na verdade, na referida obra, sem meias palavras o historiador pôs em xeque a maneira pela qual a catequese foi efetuada pelos discípulos de Santo Inácio de Loiola:

Não temos nenhuma sorte de prevenções contra os ilustrados filhos de Santo Inácio, que tão assinalados serviços prestaram à instrução pública e ao cristianismo; mas quando os documentos acusem deles algumas irregularidades, não trataremos de as contar com artificiosos disfarces, que antes pareceriam adulação injusta. Os povos viram, na pretendida filantropia e proteção dos índios, uma verdadeira decepção contra eles, quando os braços começavam a escassear para as primeiras necessidades da indústria. A corte, sem conhecimento do caráter dos índios, e influída pelos mesmos jesuítas, julgou a princípio dever libertar aqueles completamente. Representou o povo em contra, provando que os que pertenciam às aldeias ou missões da Companhia eram, sim, absolutamente imunes, e protegidos contra toda classe de tropel estranho, mas que, bem considerando o caso, eram verdadeiros servos; pois trabalhavam como tais, não só nos colégios, como nas terras chamadas *dos índios*, que acabavam por ser fazendas e engenhos dos padres jesuítas (VARNHAGEN, 1975, p. 333).

A julgar por esta afirmação, é possível concluir que, na sua *História Geral do Brasil*, Varnhagen não perdeu a oportunidade de criticar os abusos, ou melhor, a pseudofilantropia dos padres jesuítas. Concebendo a religião como um poderosíssimo instrumento de civilização e de moral, sem meias palavras o historiador afirmou que

muitos dos abnegados propagadores do Evangelho também eram proprietários de fazendas trabalhadas pelo braço indígena. Em outras palavras, com bastante propriedade, Varnhagen associou a obra dos jesuítas aos interesses políticos e econômicos do Estado português.

Não por acaso, aos olhos de Gonçalves de Magalhães, as críticas do historiador à ação missionária dos jesuítas não tinham o menor cabimento. Assim, não obstante o seu exacerbado antilusitanismo, o poeta consegue estabelecer uma curiosa distinção entre os portugueses vis, apenas interessados em acumular riquezas, e os verdadeiros servos de Deus, sinceramente empenhados na conversão religiosa dos povos indígenas.

Portanto, ignorando que acima de tudo a colonização atendeu a interesses mercantis que, diga-se de passagem, foram ideologicamente justificados mediante a conversão dos povos infieis, no último segmento de “Os Indígenas do Brasil perante a História”, Gonçalves de Magalhães volta a abordar a problemática do índio pelo viés da conversão religiosa. O poeta finaliza o estudo revelando-se convencido de que efetivamente conseguiu recuperar as virtudes ofendidas dos nossos nativos.

Como vimos, na longa memória intitulada “Os Indígenas do Brasil perante a História”, Gonçalves de Magalhães considerou impropriedade a maneira pela qual a problemática do índio foi abordada na *História Geral do Brasil*, assinada por Varnhagen. Na verdade, opondo-se ao conservadorismo do historiador, o poeta defendeu a reputação dos silvícolas brasileiros, como também enalteceu o papel desempenhado pelos missionários jesuítas no Novo Mundo. Assim, no que particularmente se refere ao indianismo de Gonçalves de Magalhães, é interessante ressaltar que, apesar de ter sido escrita em 1859, isto é, dois anos após a polêmica sobre o poema épico *A Confederação dos Tamoios*, a referida memória pode ser considerada

como uma espécie de complemento ou reforço de um determinado plano de nacionalização romântica. Fica evidente, portanto, a vinculação desse plano de nacionalização literária com o projeto político do Segundo Reinado. Entretanto, apesar de ter sido um dos introdutores do nosso Romantismo e de ter se esforçado no sentido de elevar o indígena à condição de portador da brasilidade, Gonçalves de Magalhães não conseguiu conferir à literatura brasileira um caráter verdadeiramente nacional. De maneira mais ampla, é correto afirmar que embora a sua produção indianista tenha sido realmente fundamental para a divulgação inicial do Romantismo no Brasil, sem dúvida nenhuma ela deixou muito a desejar em termos de realização.

ABSTRACT: In the Brazil of the nineteenth century, the indigenous problematic supplied abundant reflection material to important matter of thinking about multiple connections among nation, civilization and literary autonomy. Besides, it permitted that the idea of civilization had attracted special attention at formulation of an ample national project that had contribution from intellectuals of several knowledge areas. Then the following question: indigenous can be considered or not the nation representative in process of construction? The main proposal of this job is analysis the way that such matter was discussed between the poet Gonçalves de Magalhães and the historian Francisco Adolfo de Varnhagen.

Keywords: indigenous, nation, literature, history.

REFERÊNCIAS

MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. *A Confederação dos Tamoios*. Rio de Janeiro: Secretaria de Cultura, 1994.

_____. Os indígenas do Brasil perante a história [1859]. In: *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, 23: 3-66, 1860.

_____. *Discurso sobre a história da literatura do Brasil* [1836]. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1994.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Prólogo e Introdução ao Florilégio da Poesia Brasileira [1850]. In: ZILBERMAN, Regina & MOREIRA, Maria Eunice (orgs). *O Berço do cânone: textos fundadores da história da literatura brasileira*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998. p. 224 – 268.

_____. *História geral do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1975.

_____. Carta ao imperador D. Pedro II, datada de 24 de setembro de 1856. In: LESSA, Clado Ribeiro (org.). *Francisco Adolfo de Varnhagen, Correspondência ativa*. Rio de Janeiro: INL-MEC, 1961. p. 235 – 238.

_____. Carta ao imperador, datada de 14 de julho de 1857. In: LESSA, Clado Ribeiro (org.). *Francisco Adolfo de Varnhagen, Correspondência ativa*. Rio de Janeiro: INL-MEC, 1961. p. 242 – 248.

_____. Carta ao Conselheiro José Maria Velho da Silva, datada de Madri, 23 de outubro de 1853. In: LESSA, Clado Ribeiro de (org.). *Francisco Adolfo de Varnhagen, Correspondência Ativa*. Rio de Janeiro: INL-MEC, 1961. p. 206 – 208.